

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção  
Quarta Câmara Criminal

247

HABEAS CORPUS Nº 0007421-47.2010.8.17.0000 (0214257-2)

IMPETRANTE : JAYME GUIMARÃES SILVA FILHO E ARLEY ABELHA BRAGA  
PACIENTE : SAMUEL FARIAS DE LIMA NETO  
RELATOR : DES. ROBERTO FERREIRA LINS  
CONVOCADO  
COMARCA : 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA CAPITAL  
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL  
PROCURADOR : GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA

**EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO (ART. 121, § 2º, IV DO CP). REVELIA. NULIDADE DO PROCESSO POR VÍCIO DE CITAÇÃO EDITALÍCIA. INOCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO DEFENSOR CONSTITUÍDO E NOMEAÇÃO DE DEFENSOR DATIVO. NULIDADE. INEXISTÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. DECISÃO UNÂNIME. PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO "EX-OFFICIO" PELA JUÍZA DA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. PEDIDO PREJUDICADO.**

I- Não se reconhece a alegação de nulidade por vício de citação editalícia, quando verificado nos autos que, por três vezes consecutivas, e em diferentes datas, o paciente não foi encontrado pelos Oficiais de Justiça no único endereço declinado no processo. A sua prisão ocorrida na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, demonstra que ele havia mudado de endereço sem a devida comunicação ao juízo processante.

II- Não é causa de nulidade do processo a falta de intimação, para interrogatório judicial, de advogado que acompanhou o paciente em depoimento realizado perante a autoridade policial, à vista da diversidade de procedimentos e da inexistência de mandato para a causa. Precedente. Ademais, no caso concreto, não há nos autos comprovação alguma de outorga de mandato, seja por meio de instrumento de procuração ou tácita, apenas uma inserção no interrogatório extrajudicial do paciente, noticiando a sua presença acompanhado de advogado, cujo endereço profissional ou qualquer outro foi sequer consignado, autorizando inclusive inferir tratar-se de atuação exclusiva para aquele ato.

III- Revogação da custódia cautelar pelo juiz monocrático, prejudicando o conhecimento do desiderato.

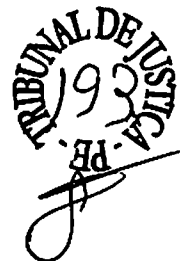
IV- Habeas corpus conhecido parcialmente, e na sua extensão denegada a ordem.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos este pedido de **HABEAS CORPUS** nº 0007421-47.2010.8.17.0000 (0214257-2), no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Quarta Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça, **à unanimidade de votos, em conhecer parcialmente a ordem, e na sua extensão denegá-la**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 8 de Junho de 2010.

Des. Roberto Ferreira Lins  
Relator Convocado



248

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção  
Quarta Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº 0007421-47.2010.8.17.0000 (0214257-2)

IMPETRANTE : JAYME GUIMARÃES SILVA FILHO E ARLLEY ABELHA BRAGA  
PACIENTE : SAMUEL FARIAS DE LIMA NETO  
RELATOR : DES. ROBERTO FERREIRA LINS  
CONVOCADO  
COMARCA : 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA CAPITAL  
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL  
PROCURADOR : GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA

RELATÓRIO

**Jayme Guimarães Silva Filho e Arley Abelha Braga**, advogados, impetram a presente ordem de *Habeas Corpus*, com pedido liminar, em favor de **Samuel Farias de Lima Neto**, qualificado nos autos, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital.

Os impetrantes aduzem que o paciente foi denunciado como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, IV, c/c art. 61, II, "f" do Código Penal, sendo, posteriormente, citado por edital, considerado revel, e decretada sua prisão preventiva com fundamento na garantia da aplicação da lei penal.

Almejam os impetrantes, em síntese: **a)** nulidade da citação por edital porquanto não foram esgotados todos os meios possíveis para encontrar o paciente; **b)** nulidade do processo desde a origem por manifesta irregularidade na nomeação de defensor dativo, uma vez que o acusado possuía advogado constituído, o qual acompanhou seu interrogatório na delegacia de polícia, e não foi intimado para defendê-lo na fase judicial; e, **c)** revogação da prisão preventiva do paciente.

Pugnam, ao cabo, pela concessão da ordem para que sejam reconhecidas e declaradas as nulidades ora apontadas e desconstituída a prisão preventiva do paciente.

A inicial veio acompanhada dos documentos às fls. 08/167.

O pedido de liminar foi indeferido em decisão interlocutória às fls. 174/175.

A autoridade apontada coatora prestou informações às fls. 177/179, relatando o trâmite processual. Às fls. 180, notícia que revogou a prisão preventiva do paciente.

A Procuradoria Criminal, pelo Procurador de Justiça Gilson Roberto de Melo Barbosa, ofertou parecer às fls. 185/189, opinando **pela concessão parcial da ordem** "para efeito de anular-se a nomeação do defensor dativo ao paciente e todos os atos processuais subsequentes."

É o relatório.

Recife, 8 de Junho de 2010.

**Des. Roberto Ferreira Lins**  
Relator Convocado



249



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção  
Quarta Câmara Criminal  
Relator Convocado

HABEAS CORPUS Nº 0007421-47.2010.8.17.0000 (0214257-2)  
IMPETRANTE : JAYME GUIMARÃES SILVA FILHO E ARLEY ABELHA BRAGA  
PACIENTE : SAMUEL FARIAS DE LIMA NETO  
RELATOR : DES. ROBERTO FERREIRA LINS  
CONVOCADO  
COMARCA : 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA CAPITAL  
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL  
PROCURADOR : GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA

**VOTO**

Conforme relatado, trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **Samuel Farias de Lima Neto**, relativamente ao processo nº 0013507-90.1994.8.17.0001, a que responde na 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, pela prática do crime de homicídio qualificado.

A presente impetração está amparada nos seguintes argumentos:  
a) nulidade da citação editalícia, aduzindo o não esgotamento de todos os meios para a localização pessoal do paciente; b) nulidade do processo por ter sido nomeado defensor dativo ao paciente, que já possui advogado constituído nos autos, o qual não foi intimado para defendê-lo na fase judicial; e, c) desconstituição do édito prisional preventivo.

Pois bem.

Narra a denúncia que no dia 21 de fevereiro de 1994, por volta das 22:30 horas, no interior do imóvel nº. 1051, na rua Dona Isabel de Góes, Vila Cardeal e Silva, Tejipió, nesta cidade, o paciente, armado com instrumento perfuro-contundente, disparou um projétil na pessoa da vítima VALÉRIA DE ASSIS AVALEINO, sua companheira, causando-lhe a lesão que foi a causa de sua morte.

Examino:

Sabe-se que a citação por meio de Oficial de Justiça deve ser efetivada nos endereços do acusado conhecidos nos autos, descabendo a realização de diligências do Juízo no sentido de procurar o novo endereço do paciente através de consulta aos órgãos públicos e privados. Não constitui, também, atribuição do meirinho investigar o atual paradeiro do acusado, mormente quando há evidencia de que o mesmo se evadiu do distrito da culpa.

Observo que por três vezes consecutivas, e em diferentes datas, o paciente não foi encontrado pelos Oficiais de Justiça no único endereço declinado no processo, conforme asseveram as certidões às fls. 62/62v, 64/64v e 66/66v. A sua prisão ocorrida na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, demonstra que ele havia mudado de endereço sem a devida comunicação ao juízo processante.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção  
Quarta Câmara Criminal

249-A



Assim, uma vez esgotadas as vias de procura do paciente, sem êxito, cabível a sua citação por edital.

Nesse sentido:

STF: "Tentada a citação pessoal, sem sucesso, porque não localizado o endereço constante do mandado de citação e, após esgotado os meios a esclarecê-lo, procedeu-se a citação-edital, na forma da lei. Inocorrência de nulidade do processo. (...) HC Indeferido" (HC 73.082-SP, 2ª T, rel. Min. Néri da Silveira, 12.12.1995, v.u. DJ 22.10.1999, p. 58).

STJ: "Não se reconhece a aduzida nulidade por vício na citada por edital se, em um exame perfunctório, os autos demonstram que foram efetuadas as devidas diligências para a localização do réu em todos os endereços constantes do processo, sendo que não restou comprovada a alegação de que a mudança de endereço fora comunicada ao Juízo" (RHC 8.565-SP, 5ª T., rel. Gilson Dipp, 25.05.1999, v.u., DJ, 21.06.1999, p. 176).

Não vislumbro, portanto, qualquer nulidade na citação editalícia do paciente.

É de se afastar, também, a arguição de nulidade do processo por irregularidade na nomeação do defensor dativo, sem antes intimar o advogado constituído na fase pré-processual.

Nesse ponto, como vem afirmando a jurisprudência: "não é causa de nulidade a falta de intimação, para interrogatório judicial, de advogado que acompanhou o cliente em depoimento realizado perante a autoridade policial, à vista da diversidade de procedimentos e da inexistência de mandato para a causa" (RHC 14123/SP, Rel. Ministro PAULO MEDINA, SEXTA TURMA, julgado em 19/10/2004, DJ 16/11/2004 p. 323).

Ademais, no caso concreto, não há nos autos comprovação alguma de outorga de mandato, seja por meio de instrumento de procuração ou tácita, apenas uma inserção no interrogatório extrajudicial do paciente, noticiando a sua presença acompanhado de advogado, cujo endereço profissional ou qualquer outro foi sequer consignado, autorizando inclusive inferir tratar-se de atuação exclusiva para aquele ato.



250



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção  
Quarta Câmara Criminal

Por fim, o pleito de desconstituição da prisão preventiva encontra-se prejudicado ante a notícia de que o paciente já obteve a revogação da custódia cautelar.

Sendo assim, entendo não haver constrangimento ilegal a ser sanado no presente writ.

Isso posto, **conheço parcialmente o presente Writ, e na sua extensão denego a ordem.**

**É como voto.**

Recife, 8 de  de 2010.

**Des. Roberto Ferreira Lins**  
Relator Convocado